

7. Perguntas frequentes da governança escolar democrática

Os *media* invadem-nos diariamente com imagens de problemas que ocorrem nas escolas: insubordinação, vandalismo, fuga à escola ou *bullying*, apenas para exemplificar alguns. Muitos dirigentes nacionais estão profundamente preocupados com as estatísticas dos últimos relatórios PISA sobre os resultados dos alunos¹⁰, enquanto que as universidades se queixam de que os alunos não possuem os conhecimentos necessários ao prosseguimento de estudos superiores. Mais ordem e regras mais estritas, expulsão de elementos desregrados: estas e outras medidas repressivas são as que se encontram com frequência tanto em cartas ao editor como em decretos ministeriais.

Em tal situação, será legítimo pôr em dúvida a atribuição de mais poder aos alunos, quando eles tão claramente se manifestam incapazes de assumir a responsabilidade por coisas tão simples como seguir as instruções dos professores na sala de aula. Contudo, estamos certos de que é preciso mais democracia e não menos. Se tratarmos os alunos com respeito, é mais provável que sejamos respeitados. A verdadeira autoridade tem de ser conquistada junto daqueles que temos de governar, não decorre automaticamente da posição formal. Mas, acima de tudo, acreditamos que o respeito pelo indivíduo, a equidade para todos e o direito à palavra são verdadeiramente fundamentais. A escola não é exceção. Também estamos convencidos de que se queremos que a democracia se mantenha saudável nas nossas sociedades, os jovens têm de ter a oportunidade de a praticar e ver os seus benefícios ao longo dos vários anos que permanecem na escola.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a publicação da OCDE (2006), *Education at a Glance*. As tabelas, os gráficos e a Base de Dados de Educação completa estão disponíveis no site da OCDE Educação, no endereço www.oecd.org/edu/eag2006.

Tendo em conta os actuais problemas de perturbação social, reestruturação económica e alteração demográfica, a preocupação é natural? O que acontecerá, se se soltar as rédeas? Neste capítulo, procuraremos responder ou, pelo menos, comentar algumas perguntas frequentes sobre governança democrática.

O que acontece...

À ordem?

A democracia estudantil não implica que não haja regras. Neste domínio, a escola não difere do resto da sociedade. Dita a experiência pessoal que os alunos, qualquer que seja a sua idade, têm a mesma atitude que os adultos perante a lei e a ordem: *as regras são necessárias!* Mas é mais fácil compreender e obedecer às regras quando se participa na sua definição. De facto, envolver os alunos na construção do regulamento escolar é um dos mais simples e seguros pontos de partida para um percurso em direcção à governança democrática.

Aos resultados?

Muitos professores e dirigentes escolares ficam preocupados com a possibilidade de a partilha de poder com os alunos os dispersar dos resultados escolares. Os professores têm a necessária visão global do que ensinar e como. Os professores podem evidentemente ser os especialistas do ensino, mas a aprendizagem não deixa de ser um acto pessoal e ninguém melhor que cada aluno para saber o qual é o seu melhor método de aprendizagem. Uma forma de tratar os alunos com respeito é centrar a actividade docente na aprendizagem e não no ensino. A investigação pedagógica moderna tem mostrado que esta abordagem melhora os resultados dos alunos.

Ao respeito pelos professores?

O que acontecerá se se conferir aos alunos o direito de criticar os professores? Se se permitir que os alunos critiquem o ensino, o que dirão?

A verdade é que os alunos valorizam o mesmo tipo de ensino que os próprios professores: professores competentes, organizados, simpáticos e empenhados, com expectativas elevadas em relação aos alunos e boas competências de liderança.

Claro que também há o risco de os alunos expressarem as suas opiniões de forma insultuosa quando se sentem ofendidos ou tratados com injustiça pelos professores. Mas esses maus hábitos tendem a desaparecer com a experiência e com uma relação mais igual e de respeito mútuo. Pelo contrário, é a sensação de alienação e inferioridade aquela que suscita o mau comportamento.

Aos direitos sem deveres?

Se os alunos forem tratados como ignorantes e irresponsáveis receptores de educação, que deveriam estar gratos pelo que o mundo dos adultos lhes proporciona, não lhes será fácil distinguir entre o que é razoável exigir dos professores e da escola e o que é de sua responsabilidade pessoal. Mas se lhes for prestada informação constante e pedida a sua opinião pessoal, tenderão a agir de forma mais madura. São capazes de compreender a relação entre deveres e direitos e compreender que não podem reclamar os seus direitos individuais à custa dos de outrem.

Ao insucesso e à falta de motivação?

O insucesso pode ter muitas razões; crescer é um processo aventureiro em que tudo pode acontecer. Ao permitir que os alunos tenham maior controlo sobre a sua situação na escola, poder-se-á, pelo menos, reduzir alguns dos problemas que os jovens têm de enfrentar e

que mais energias consomem. Um currículo fechado ou uma escolha docente e ditatorial dos temas pode matar qualquer entusiasmo juvenil. Dar aos alunos maior liberdade de escolha, tanto da matéria a estudar como dos métodos de aprendizagem, pode aumentar a motivação.

A alunos com dificuldades de aprendizagem?

Numa escola democrática luta-se pela inclusão. Que fazer dos que têm um ritmo lento de aprendizagem? Não há o risco de atrasarem toda a turma?

Claro que também há um limite à inclusão num ambiente escolar democrático, embora as estatísticas revelem que este risco é muitas vezes empolado. No referido relatório PISA, pode ver-se que os países que segregam os alunos com ritmo lento de aprendizagem desde muito cedo não apresentam melhores resultados, no topo, do que aqueles em que os grupos etários são mantidos ao longo de toda a escolaridade obrigatória.

A alunos que fazem escolhas erradas?

Se permitirmos que os alunos tenham uma maior liberdade de escolha, como podemos levá-los a fazer a escolha certa? Esta pergunta não está bem formulada. Deveria ser: quem deve decidir o que está certo?

Se dermos alguma liberdade de escolha ao aluno, o resultado global sairá provavelmente beneficiado. Além disso, competências como o pensamento analítico e crítico podem ser aprendidas de várias formas, não apenas por meio de tradicionais manuais escolares sobre tradicionais matérias escolares.

Ao tempo que a democracia leva?

Se se pretende que os alunos se envolvam em processos democráticos, de que disciplinas deve ser retirado o tempo para isso? Haverá menos tempo para o ensino?

É evidente que a resposta a estas perguntas é a de que a prática da democracia é tão importante como qualquer outra disciplina e que todos os processos sociais e de aprendizagem tirarão benefícios dela.

Governança escolar democrática em acção

Um excelente exemplo de governança escolar democrática é a escola Roihuvuori Elementary School, em Helsínquia, na Finlândia. Atingiram-se níveis razoáveis de consecução na totalidade das quatro áreas-chave de ECD descritas neste livro.

Governança, liderança e prestação pública de contas

Todo o trabalho escolar é organizado em equipas autogeridas que igualmente se responsabilizam pela maior parte da gestão da escola. A missão é definida conjuntamente pelo pessoal, pelos alunos e pelos pais. A associação de estudantes é muito activa e fortemente apoiada pelo pessoal. Nas negociações com a autarquia local, a escola vota em quem deseja que represente a escola. Já aconteceu a escola ter sido representada por alunos de 7 anos que necessitavam de um assistente para lhes ler os documentos oficiais!

O método de prestação de contas nas escolas de Helsínquia é a auto-avaliação apresentada em relatórios escritos. Conforme os resultados escolares, assim recebem o financiamento para o ano seguinte. Roihuvuori Elementary School tem tido tanto sucesso que tem recebido somas substanciais que usa na formação contínua e em bolsas internacionais para o seu pessoal.

Educação para os valores

Promove-se ECD em todo o trabalho escolar. Os valores da igualdade e dignidade humana estão no centro do ensino e pretende-se que cada sala de aula se constitua num ambiente democrático de aprendizagem. As competências sociais e de vida são importantes. Os alunos estão organizados segundo critérios de heterogeneidade etária, com inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais.

Os métodos de ensino são diversificados e adaptados aos estilos de aprendizagem dos indivíduos.

Desenvolvem-se competências sociais.

Cooperação e comunicação, competitividade e autodeterminação escolar

Os alunos mais velhos funcionam como irmãos e irmãs mais velhos dos alunos mais novos. Muitos dos conflitos são resolvidos por alunos mediadores do grupo etário de idade superior (11-12 anos). Os mediadores são treinados pela Cruz Vermelha local.

Todos os alunos têm educação para os *media*, Internet e correio electrónico grátis.

Os pais avaliam a escola anualmente.

Disciplina dos alunos

Pensamento reflexivo e diálogo com os outros constituem a forma de aprendizagem de responsabilização e compreensão do modo como as acções de uns se reflectem nos outros.

Todos são responsáveis pela manutenção de uma atmosfera agradável, pela segurança e pelo bem-estar. Não são toleradas quaisquer formas de violência, discriminação ou racismo. Os membros do pessoal decidem que conflitos podem ser mediados e quais conduzem a sanções formais.

Resultados na última avaliação da escola

Nas disciplinas nucleares, os alunos atingiram os mesmos níveis dos de outras escolas, mas com bastante melhores resultados do que a média em competências sociais e atitudes favoráveis à escola.

Apresentavam-se como mais tolerantes em situações de conflito e revelavam mais iniciativa no trabalho escolar.



Agindo em conjunto numa escola de Helsínquia — Roihuvuori Elementary School, na Finlândia